

A “FAXINA REPUBLICANA” DE DILMA CONTRA O CAMPO POLÍTICO

O primeiro ato do impeachment (2011)

Dilma’s “republican cleansing” against the political field

The first act of *impeachment* (2011)

CÁSSIO AUGUSTO GUILHERME¹

RESUMO

Em seu primeiro ano de governo, a presidenta Dilma Rousseff promoveu uma série de demissões sumárias em Ministérios comandados por partidos aliados. A opinião pública saudou-a como a presidenta que não compactua com a corrupção e aplaudiu o que chamou de “faxina republicana”. Porém, os caciques parlamentares do campo político passaram a articular revides e Dilma precisou conviver com uma constante crise de governabilidade em sua base congressional. Este artigo, em debate com a bibliografia sobre o tema, trata deste primeiro ato de indisposição de Dilma com o Congresso, que resultaria, anos depois, na sua deposição parlamentar pela via do *impeachment*.

Palavras-chave: Dilma, Congresso, corrupção, *impeachment*.

ABSTRACT

In her first year of government, President Dilma Rousseff promoted a series of summary dismissals in Ministries led by allied parties. Public opinion hailed her as the president who does not condone corruption and commended what she called “republican cleansing”. However, the legislative leaders of the political field began to express retaliations and Dilma was forced to live with a perpetual crisis of governability among her congressional base. This article, in debate with the bibliography on the subject, deals with Dilma's first act of indisposition towards Congress, which would result, years later, in her parliamentary deposition via *impeachment*. This article, in discussion with the literature on the issue, focuses on Dilma's first act of hostility toward Congress, which would end in her legislative deposition by *impeachment* years later.

Keywords: Dilma, Congress, corruption, *impeachment*.

¹ Professor da Faculdade de História (FaHist) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: cassionl@unifesspa.edu.br

INTRODUÇÃO

Dois grandes assuntos políticos dominaram o noticiário em 2011, primeiro ano de mandato da presidenta Dilma Rousseff (PT): a conflituosa relação da presidenta com a base aliada, em especial o PMDB; e as demissões sumárias, chamadas de “faxina republicana”, promovidas por Dilma em vários ministérios. A soma destes dois acontecimentos pode ser entendida como um primeiro ato a encher o pote de mágoas do campo político pemedebista. O resultado imediato foi uma presidenta em constante crise de governabilidade com sua base parlamentar. Anos depois, a oportunidade aberta por uma conjuntura social, econômica e jurídica mais complexa, permitiu que este mesmo campo político promovesse o golpe parlamentar que tirou Dilma da presidência e alçou ao seu lugar o maior representante do pemedebismo.

O filósofo Marcos Nobre argumenta que a presidenta Dilma manteve uma estratégia governamental iniciada pelos seus antecessores FHC e Lula: “manter um conjunto de ministérios que é preservado do pemedebismo” (2013, p. 140). Uma espécie de “cordão sanitário” que livrou a área econômica e os principais ministérios da área social. Porém, na tese de Nobre, Dilma foi mais ousada na formação de seu ministério e continuaria sendo na “faxina republicana” de 2011, ao esticar este “cordão” para outras pastas da Esplanada. Fato é que os partidos aliados, em especial o PMDB, assumiram ministérios de menor relevância, perderam espaço dentro do governo e ficaram insatisfeitos.

Assim, o recorte temporal deste artigo é o ano político de 2011, o primeiro sob a presidência de Dilma Rousseff (PT). Devido à limitação de espaço, que torna inviável a análise de todas as fontes disponíveis ao recorte, opto por utilizar como fonte um periódico diário de circulação nacional, o jornal *O Estado de S. Paulo* (*OESP* ou *Estadão*)². A partir dele, será possível detalhar não apenas os acontecimentos políticos, mas também perceber como o referido jornal se posicionou editorialmente³. Tudo em debate com parte da bibliografia pertinente

2 Para esta pesquisa, foram lidas, fichadas e analisadas todas as edições diárias impressas do jornal no ano de 2011. A opção por este periódico se dá pela experiência que este autor já possui no trato com referido jornal, que possui histórico de posicionamento à direita do espectro político (Guilherme, 2018).

³ Uma explicação metodológica se faz necessária. Este artigo trabalha com enorme quantidade de jornais. Embora sabedor que as normas da ABNT recomendam referências no corpo do texto com a devida indicação do autor/título da reportagem ou editorial, a escolha foi de não as fazer

ao tema recortado.

1. DOS CONCEITOS E DA FONTE DESTES ARTIGOS.

Este trabalho se insere no campo da chamada “história do tempo presente”. O uso de fontes jornalísticas para pesquisas em História do Tempo Presente (HTP) dialoga com as renovações nos estudos que visam ampliar o rol de documentos e os métodos de análise sobre a história política. Sabe-se que a independência e a exatidão nem sempre estão presentes no conteúdo dos periódicos e em seus editoriais. Porém, é necessário reconhecer que, embora atue na fabricação da opinião pública, como aponta Jean-Jacques Becker, a imprensa é “produtora considerável de informações diversas, que esclarecem as atitudes e os comportamentos: ela noticia reuniões políticas, o número de participantes, traz relatos de manifestações” (Becker, 2003, p. 196-197) dentre outros.

A historiadora Tania Regina de Luca, experiente em estudos com e sobre a imprensa, defende o uso dos materiais jornalísticos nas pesquisas sobre a História Política: “as renovações no estudo da História Política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder” (Luca, 2011, p. 128). Também a historiadora Maria Helena Capelato, estudiosa da imprensa como fonte e objeto, defende o uso das fontes jornalísticas nas pesquisas de HTP por permitir “constituir, de forma pormenorizada, os acontecimentos que ela registrou, comentou e nos quais participou na condição de agente do processo” (Capelato, 2014, p. 300)⁴.

A ruptura política de 2016 gerou uma demanda social por estudos que expliquem a conjuntura política, que não pode ser entendida apenas pelos fatos daquele ano. O *impeachment* foi o resultado de um complexo jogo de poder no campo político brasileiro caracterizado pelo presidencialismo de coalizão (Abranches, 2018) em sua forma pemedebista (Nobre, 2013) desde o governo

como o recomendado. Assim, foi criado um caminho alternativo para contornar a inviabilidade desta recomendação técnica. Por isso, as referências a cada citação, direta ou indireta, constam em notas de rodapé com a data da edição e página do editorial. Assim, é possível garantir a melhor fluidez da leitura ao mesmo tempo em que as fontes são indicadas aos demais pesquisadores, objetivo este primordial das recomendações de normas técnicas.

⁴ Este artigo toma a imprensa como fonte para reconstruir os acontecimentos políticos (Barros, 2023) e não como objeto de análise do seu posicionamento político-ideológico (Fonseca, 2005).

José Sarney, mas que, a partir da eleição presidencial de 2010, passou a ter nova conjuntura com o PMDB ocupando a vice-presidência. Por isso, a justificativa de recorte deste texto.

A pesquisa historiográfica objetiva estabelecer uma linha de raciocínio inteligível sobre um determinado acontecimento, explicitando as relações de causa e efeito (Lacouture, 1998). Por isso, a perspectiva desta pesquisa opta por narrar factualmente parte dos embates políticos do governo Dilma, pois cabe ao historiador do Tempo Presente apresentar os primeiros esboços narrativos e interpretativos do acontecimento. Como apontou René Rêmond (2006), por conta destas suas particularidades, a pesquisa em HTP deve ater-se mais aos detalhes e fatos do episódio estudado. No caso desta pesquisa, registrar os detalhes do jogo político, das aproximações e rupturas nas alianças, das entrelinhas das entrevistas e falas dos atores envolvidos, das interpretações e intervenções promovidas pela imprensa. Por fim, é preciso ter a consciência de que as análises e interpretações feitas pela HTP são sempre provisórias e sujeitas a aprofundamentos e revisões posteriores, quando a distância temporal do acontecimento e o surgimento de novos documentos e modelos de análise a permitirem.

Este artigo dialoga com a perspectiva que vê, no jogo político congressual, o fator determinante para o desenrolar da crise que culminou no golpe parlamentar travestido de *impeachment* em 2016. Como defende Wanderley dos Santos, tratou-se de “um golpe de Estado com origem e sustentação parlamentares [...] o comando de todo o processo permaneceu em mãos de parlamentares profissionais” (Santos, 2017, p. 132). Foi nos bastidores do Congresso que líderes partidários conspiraram e atuaram pela deposição de Dilma Rousseff, por isso a necessidade de encadear os fatos e os embates, a partir da narrativa do *Estadão*.

O tema central a ser analisado pelas páginas e editoriais do *Estadão* é a complexa convivência entre petistas e peemedebistas, entre o Executivo e base aliada no Legislativo e entre a presidenta Dilma Rousseff e o vice-presidente Michel Temer. Esta relação é feita de idas e vindas, aproximações e afastamentos, mútua desconfiança e declarações públicas elogiosas e críticas. Assim, esta pesquisa terá como referenciais metodológicos uso de conceitos como “campo político”, “presidencialismo de coalizão”, “lulismo” e

“pemedebismo”. Por conta da limitação de espaço, aqui apenas os apresento resumidamente, com a devida indicação bibliográfica.

Pierre Bourdieu reconhece que toda análise sobre a luta política deve considerar as determinantes econômicas e sociais. Porém, ele argumenta que “seria um erro subestimar a autonomia e a eficácia específica de tudo o que acontece no campo político” (2011b, p. 175) e reduzi-lo a mera ressonância acessória das forças econômicas e sociais. Para esta pesquisa, o conceito de “campo” em Bourdieu acrescenta na compreensão sobre as ações de grande parte dos parlamentares insatisfeitos com a postura da presidenta Dilma Rousseff. “Campo” é um microcosmo relativamente autônomo no interior do grande corpo social. Por ser autônomo, o campo possui leis, princípios, regras de funcionamento e avaliações internas próprias. Nele, há regras singulares, disputas entre os agentes por melhores posições dentro do campo e, a depender do capital simbólico que cada agente dispõe, mais força para comandar maiores blocos e, assim, controlar ou conquistar a hegemonia dentro do campo. É um espaço para profissionais que atuam há anos dentro do campo. A presidenta Dilma confrontou grande parte do “campo político” ao longo de seu mandato e o processo de *impeachment* contra ela foi, em parte, uma reação do “campo” político liderado pelo PMDB.

A estrutura organizacional do campo político no Brasil é resultado de um longo processo histórico. Para o filósofo Marcos Nobre (2013), este processo resultou numa forma de atuação no parlamento que ele conceitua como “pemedebismo”, que emergiu após a Constituição de 1988 e se consolidou ao longo dos anos 1990-2000. O pemedebismo é a prática comum de atuação parlamentar cujo objetivo primordial é blindar o campo político, em especial o Legislativo, frente ao campo Jurídico, ao Poder Executivo ou às pressões da sociedade, neutralizando o governo de plantão e o avanço das demandas sociais. A histórica atuação do PMDB é o fio condutor mais adequado para compreender a atuação parlamentar que caracteriza a redemocratização brasileira, cujo emblema primeiro foi a figura do “Centrão” durante a constituinte.

Embora Marcos Nobre defenda o uso do termo/conceito “condomínio pemedebista” em substituição ao de “presidencialismo de coalizão”, entendo que são coisas diferentes. O pemedebismo é a prática de autoblindagem do campo político, cujas práticas distorcidas de clientelismo, fisiologismo e de cooptação,

não são inerentes ao presidencialismo de coalizão. Como defende Sérgio Abranches, “as coalizões podem ser formadas por métodos legítimos de negociação de programas e valores, livrando o presidencialismo de coalizão de tais vícios” (2018, p. 9) que Nobre bem aponta sobre a prática diária caracterizada pelo pemedebismo.

Como mostra Abranches (2018), a queda de braço entre os poderes Legislativo e Executivo é a principal característica política do Brasil desde a Proclamação da República em 1889. A fragmentação partidária e a heterogeneidade eleitoral da população tornam praticamente impossível que um presidente eleito tenha maioria no Congresso apenas com o seu partido. Daí a necessidade de formar coalizões governistas com outros partidos políticos. A coalizão é este acordo que, em teoria, permite ao chefe do Executivo imprimir uma agenda pública apoiada e negociada com os partidos que formem a base aliada no Legislativo.

Por fim, André Singer (2012, 2018) conceitua como lulismo a orientação política adotada pelos governos Lula da Silva que, ao manter o tripé macroeconômico herdado do governo FHC e diante de uma conjuntura econômica internacional favorável até 2008, permitiu a adoção de medidas que reduziram a pobreza e ativaram o mercado interno sem confronto com o capital financeiro ou industrial. Partindo de grau histórico de elevado desprezo público pelos miseráveis, as políticas lulistas tiveram o poderoso efeito de reduzir a pobreza, ativar o mercado interno e reduzir o desemprego. Como resultado, alterou a base eleitoral do lulismo, garantindo-lhe certa fidelidade nas urnas dos que ascenderam socialmente, o que lhe permitiu seguidas vitórias presidenciais, crescimento da bancada do PT e dos partidos aliados no Congresso. Para a relação entre Executivo e Legislativo, a conjuntura favorável permitiu ao lulismo conduzir pela centro-esquerda o campo político pemedebizado, contornando seus vetos.

Ao apostar em uma política de reformismo suficientemente fraco, o lulismo apoiou-se na arbitragem das classes beneficiadas pela política do “ganha-ganha”: ganha o trabalhador que ingressa no mercado de trabalho, consome e melhora sua qualidade de vida; ganha a burguesia que lucra comercialmente e vê o arrefecimento das lutas de classe; ganha o capital financeiro, que mantém o seu quinhão no orçamento para receber os juros da dívida pública; ganha o

campo político pemedebista que adere a um governo extremamente popular, bem-avaliado e com recursos em caixa para distribuir emendas parlamentares entre a base aliada. A presidenta Dilma Rousseff (PT) foi eleita para manter este pacto político, econômico e social. Porém, o contexto econômico internacional era de recessão, Dilma não possuía história dentro do campo político, sua personalidade era avessa a tais tipos de pactos, precisou conviver com preconceitos de gênero e, no arranjo político eleitoral de 2010, o PMDB passou a ocupar o posto de vice-presidente. O resultado foi que sua governança sofreu grande desgaste frente ao campo político pemedebizado, resultando no imobilismo do governo e no golpe parlamentar travestido de *impeachment*.

2. OS PRIMEIRO EMBATES POLÍTICOS ENTRE DILMA E O PMDB.

Conforme infográfico publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*⁵, a base aliada ao governo Dilma Rousseff em seu primeiro ano de mandato era a mais ampla de todos os governos desde 1990. Na Câmara dos Deputados, oficialmente, havia 17 partidos na bancada governista⁶, somando 388 cadeiras. A oposição era formada por apenas 3 partidos e composta por 108 deputados⁷. Por fim, uma “bancada neutra” de 2 partidos e 17 deputados⁸. No Senado, 11 partidos e 63 cadeiras na bancada governista⁹; os mesmos 3 partidos de oposição com 16 cadeiras¹⁰ e os mesmos 2 partidos da “bancada neutra” com 2 cadeiras¹¹. Teoricamente, esta composição do Congresso indicava que o governo não teria grandes dificuldades para eleger aliados para a presidência das duas Casas Legislativas, bem como conduzir a pauta de votações e aprovações de matérias de seu interesse. Apesar de tensa, uma costura entre PT e PMDB, no final de 2010, acertou que caberia aos petistas o comando da Câmara e aos pemedebistas a direção do Senado. Mantinha-se, assim, a tradição da maior bancada presidir cada Casa. Para a segunda metade da

⁵ *O Estado de S. Paulo*, 02/02/2011, p. A4.

⁶ PT (88), PMDB (78), PP (44), PR (40), PSB (34), PDT (26), PTB (22), PSC (17), PCdoB (15), PRB (8), PMN (4), PTdoB (4), PHS (2), PRP (2), PRTB (2), PSL (1) e PTC (1).

⁷ PSDB (53), DEM (43) e PPS (12).

⁸ PV (14) e PSOL (3).

⁹ PMDB (20), PT (15), PTB (6), PP (5), PR (5), PDT (4), PSB (3), PCdoB (2), PRB (1), PMN (1) e PSC (1).

¹⁰ PSDB (10), DEM (5) e PPS (1).

¹¹ PV (1) e PSOL (1).

legislatura, entretanto, o PMDB assumiria a presidência da Câmara e manteria a do Senado.

A formação ministerial privilegiou o PT em detrimento dos demais partidos da base aliada. Ao todo, o partido da presidenta ficou com 17 ministérios¹², o PMDB¹³ com 06, o PSB¹⁴ com 02, PR, PP, PCdoB e PDT¹⁵ com 01 ministério cada e outros 08¹⁶ ministros não possuíam filiação partidária. Destes, 78% (28) eram homens e 24% (09) mulheres. Do total de 37 ministros, 14¹⁷ (ou 40%) deles foram mantidos do governo Lula, fato ironizado pelo *Estadão* que chamou o ministério de mero “Ctrl-C Ctrl-V” do governo anterior e formado por “personagens que só carregados de maquiagem possuem os requisitos profissionais e pessoais exigidos” para ocupar os cargos¹⁸.

Na tese do cientista político André Singer (2018), um dos itens fundamentais para a compreensão do golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff é a relação que ela e seu governo mantiveram com o PMDB do vice-presidente Michel Temer. Singer (2018) defende argumenta que a presidenta Dilma tentou fazer uma espécie de “ensaio republicano”, isto é, buscou ao longo de seu governo limitar os esquemas fisiológicos em ministérios, estatais e agências reguladoras. Com isso, Dilma acabou por “cutucar onças com varas curtas”, irritando não só os políticos peemedebistas, mas também de outros partidos de centro na base governista.

Com seu carisma e experiência política, o presidente Lula operou dentro do pemedebismo, sempre contornando seus vetos, distribuindo cargos e colhendo aliados. Dilma Rousseff foi eleita para continuar dirigindo este pemedebismo pela esquerda. Porém, desta vez, o pemedebismo não era apenas um aliado/convidado a integrar o governo numa relação hierárquica,

¹² Pesca, Secretaria Geral da Presidência, Relações Institucionais, Ciência e Tecnologia, Casa Civil, Educação, Secretaria das Mulheres, Planejamento, Fazenda, Igualdade Social, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Justiça, Comunicações, Saúde, Direitos Humanos e Desenvolvimento Agrário.

¹³ Agricultura, Previdência, Defesa, Assuntos Estratégicos, Minas e Energia e Turismo.

¹⁴ Portos e Integração Nacional.

¹⁵ Em ordem: Transportes, Cidades, Esporte e Trabalho.

¹⁶ Cultura, Secretaria de Comunicação, Relações Exteriores, Meio Ambiente, Banco Central, Gabinete de Segurança Institucional, Controladoria Geral da União e Advocacia Geral da União.

¹⁷ Pertencentes à base aliada: Agricultura, Transportes, Defesa, Minas e Energia, Trabalho e Esporte. Sem filiação partidária: Advocacia Geral da União, Controladoria Geral da União. Filiados ao PT: Saúde, Comunicações, Fazenda, Educação, Casa Civil e Secretaria Geral da Presidência.

¹⁸ *O Estado de S. Paulo*, 01/01/2011, p. H13.

como foi com Lula, mas estava sentado ao lado da presidenta e sentia-se como um dos donos do governo. Na perspectiva dos caciques do pemedebismo, o novo governo era fruto de uma aliança político-eleitoral que tinha o presidente nacional do PMDB como vice-presidente na chapa vencedora.

Ainda na tese de Singer (2012), a vitória eleitoral de Dilma Rousseff em 2010 deu sobrevida ao pacto conservador do lulismo que permitia os avanços sociais sem luta de classes. Porém, segundo o mesmo autor em tese mais recente (2018), Dilma atuou em duas frentes para acelerar o reformismo lulista, o que significou o rompimento do pacto entre lulismo e pemedebismo por ela herdado. No plano econômico, a “nova matriz” prometia ser mais desenvolvimentista. No plano político, Dilma promoveu um “ensaio republicano”, afastando pemedebistas – e políticos de outros partidos do centro aliado – e seus apadrinhados, a maior parte deles acusados de improbidades na máquina pública.

Minha hipótese é de que Dilma decidira fazer, em seu mandato, o que se poderia chamar de um ‘ensaio republicano’: a limitação do esquema clientelista predatório incrustado no aparelho estatal brasileiro. Ao diminuir os setores controlados pelo PMDB, procurou [...] um esforço sistêmico para diminuir o furto do patrimônio público (2018, p. 185).

Singer argumenta que este movimento de Dilma causou profunda irritação no pemedebismo, “a cada espanada da faxina dilmista, [Eduardo] Cunha recolhia no Congresso adeptos para a vingança que preparava lentamente” (Singer, 2018, p. 189). A presidenta passaria então a ser derrotada em diversas votações no Congresso, sempre sob a liderança do PMDB, partido do vice-presidente. Em outra passagem, o autor reafirma: “à medida que Dilma cutucava as onças clientelistas, formava-se no Congresso uma sólida frente antirrepublicana” (Singer, 2018, p. 192). No mesmo sentido, Marcos Nobre escreve que, nos primeiros anos de seu mandato, Dilma Rousseff se portou como uma legítima:

representante do ‘povão’ dentro do sistema político pemedebista [...] como representante do antipemedebismo no coração do sistema político pemedebizado [...] Dilma mobilizou e canalizou a seu favor a ojeriza da sociedade à desfaçatez do sistema político [...] com isso projetou primeiramente uma imagem de uma presidente que ‘não se mistura à baixaria’, que se mantém ‘a salvo da contaminação’. De acordo com a primeira imagem pública que estabeleceu, Dilma não negociava: perdia ou

ganhava, vencia ou capitulava. [...] [mas] o peemedebismo pode aceitar certo atraso ou mesmo um parcelamento no pagamento de sua parte do butim. Mas nunca perdoa uma dívida (2013, p. 139-140).

A relação entre Dilma e o PMDB já era ruim desde a campanha eleitoral e a formação do governo (Guilherme, 2020). Na primeira reunião pós-vitória, nenhum peemedebista foi convidado. O deputado Eduardo Cunha reclamou em tom de ameaça: “eles não vão governar sozinhos”. Dilma então nomeou Temer para a coordenação da transição de governo, na esperança de que ele pudesse acalmar os apetites do partido que presidia. Porém, em fala publicada pelo *Estadão*, Temer enfatizou que o novo governo é de coalizão e seria “irracional” o PT achar que governaria sozinho¹⁹.

Apesar de isolado do núcleo que definia os futuros ministros, o PMDB esperava manter o número de seis ministérios que tinha no governo Lula e reivindicou indicar os nomes com total autonomia, por critérios políticos, além do controle completo sobre todos os escalões destes ministérios²⁰. Segundo o *OESP*, se não fosse assim, estaria “em jogo a governabilidade no mandato de Dilma”²¹. Em dezembro, foi grande a insatisfação no PMDB com a distribuição de cargos no segundo escalão federal: Dilma insistiu em nomes técnicos, enquanto os peemedebistas, liderados por Eduardo Cunha, cobraram a presidência e todas as diretorias da Petrobrás e o controle integral do setor elétrico. O jornal abriu aspas para a reclamação de uma fonte anônima do partido: “Querem tirar nosso oxigênio na política”²².

Já em janeiro de 2011, no começo do mandato, *OESP* deu grande destaque de capa para o que chamou de “crise entre PT e PMDB”. Segundo o jornal, o partido do vice-presidente queria cargos de segundo escalão, “maior influência no Planalto” e usava a sua principal força para “retaliar Dilma”: as votações no Congresso²³. Após uma reunião de emergência entre todos os ministros e parlamentares da sigla com o vice-presidente Michel Temer, o

¹⁹ *O Estado de S. Paulo*, 02/11/2010, p. H2 e 03/11/2010, p. A4.

²⁰ *O Estado de S. Paulo*, 02/11/2010, p. H2; 04/11/2010, p. A15; 09/11/2010, p. A6 e 14/11/2010, p. A9 e A10.

²¹ *O Estado de S. Paulo*, 01/12/2010, p. A4 e 02/12/2010, p. A10.

²² *O Estado de S. Paulo*, 10/12/2010, p. A10 e 30/12/2010, p. A4.

²³ *O Estado de S. Paulo*, 03/01/2011, p. A1; 04/01/2011, p. A1; 05/01/2011, p. A1 e 06/01/2011, p. A1.

Estadão publicou que o partido decidiu “se unir para cobrar da presidente Dilma Rousseff o que, afirmaram, lhes é devido na condição de ‘sócios da vitória’”²⁴.

O jornal publicou que a presidenta Dilma recebeu a investida peemedebista com “estupefação” diante da “iminência da primeira crise política de seu governo”, mas “agiu rápido para conter a revolta do PMDB”. Dilma suspendeu a definição dos cargos de segundo escalão até a eleição para presidência da Câmara e do Senado. Apesar de a articulação política ser função da Secretaria de Relações Institucionais comandada por Luiz Sérgio Oliveira, Dilma determinou que o ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, administrasse o conflito entre PT e PMDB. Palocci era caracterizado pelo *Estadão* como “homem forte do governo” e reconhecido no meio político pela “habilidade em negociações complicadas”. Por fim, os peemedebistas conseguiram um assento nas reuniões da cúpula política do Planalto para o ministro Edison Lobão, além de Michel Temer que então contemporizou: “tudo se resolverá no seu tempo e à sua maneira”, teria dito o vice-presidente²⁵.

Em dois editoriais, o *Estadão* comentou este primeiro embate público entre os dois partidos que dividiam o governo. O jornal elogiou a postura da presidenta Dilma que “enfrenta a tigrada” do PMDB e suas investidas fisiológicas. Para o periódico, Dilma deveria resistir à voracidade dos parlamentares, que estavam na base aliada não para assumir responsabilidades governamentais, mas apenas para “controlar instrumentos de poder” e conquistar “vantagens de todo tipo”. O protagonista deste “deplorável espetáculo, como não poderia deixar de ser, é o PMDB”, frustrados com a parte que lhes coube na partilha ministerial e, por isso, mostravam o seu “absoluto desinteresse em relação aos objetivos do governo”. O jornal alertou a presidenta que este seria apenas o primeiro de muitos embates que se repetiriam, uma vez que inexistia entre petistas e peemedebistas uma proposta comum de governo²⁶.

O governo saiu vitorioso na eleição para as presidências da Câmara e do Senado. O acordo entre PT e PMDB deu, ao primeiro partido, o comando da Câmara com o deputado Marco Maia e, ao segundo, o controle do Senado com

²⁴ O Estado de S. Paulo, 06/01/2011, p. A4.

²⁵ O Estado de S. Paulo, 03/01/2011, p. A4; 04/01/2011, p. A4; 06/01/2011, p. A4 e 07/01/2011, p. A4.

²⁶ O Estado de S. Paulo, 05 e 06/01/2011, p. A3.

José Sarney. A recondução de Sarney ao posto foi criticada pelo *Estadão* como a “marca do atraso político” da democracia brasileira que, em nome da “governabilidade”, prestou um tributo ao “mais legítimo representante das oligarquias retrógradas” que dominavam a política no país: o ex-presidente José Sarney e o pemedebismo²⁷.

A votação do valor do novo salário mínimo²⁸ foi o primeiro grande teste político de Dilma com o Congresso. Com base na fórmula usada desde 2007, o governo propôs o valor de R\$ 545,00. Aparentemente para testar a capacidade política e a postura da presidenta, parlamentares do PMDB, do PDT e do PSDB apresentaram emendas com valores substancialmente maiores. O deputado Paulinho da Força (PDT) foi o mais eloquente na pressão e nas ameaças públicas à presidenta. Em editoriais, o jornal caracterizou a pressão do deputado sindicalista como “truculência” e a proposta do PSDB como “demagógica”, uma vez que causaria déficits no Orçamento da União que o jornal tanto queria ver cortado (Guilherme, 2023). Dilma bateu o pé no valor proposto e venceu a votação com folga. O *Estadão* elogiou a sua “demonstração de autoridade e coerência política”, passo “essencial para o ajuste fiscal” tão exigido pelo periódico²⁹.

No primeiro semestre, o governo travou e venceu importantes quedas de braço com o pemedebismo. O “ensaio republicano” começou a atingir cargos de segundo e terceiro escalão na Anvisa, ANS, Ibama e Incra.³⁰ A maior polêmica aconteceu no setor elétrico. Dilma trocou apadrinhados políticos por nomes técnicos para as diretorias do setor. Em Furnas, foi demitido o então presidente, que era uma indicação política do deputado Eduardo Cunha (PMDB). Ele era suspeito de uma série de irregularidades que beneficiariam o deputado. O jornal apontou que as mudanças significavam “mexer na turma do PMDB” que estava “encastelada há anos em postos-chave” da máquina federal³¹. Eduardo Cunha deu uma entrevista exclusiva ao *Estadão*, na qual negou as suspeitas e atacou o governo. Segundo o jornal, Dilma reagiu irritada às falas do deputado³². A

²⁷ *O Estado de S. Paulo*, 03/02/2011, p. A3.

²⁸ Até então o salário mínimo era de R\$ 510,00.

²⁹ *O Estado de S. Paulo*, 20/01, 10, 16 e 18/02/2011, p. A3.

³⁰ *O Estado de S. Paulo*, 26/02/2011, p. A6 e 09/03/2011, p. A4.

³¹ *O Estado de S. Paulo*, 17/01/2011, p. A4.

³² *O Estado de S. Paulo*, 02/02/2011, p. A8 e 04/02/2011, p. A4.

avaliação do *OESP* foi que Dilma deu “mais uma demonstração pública de afirmação de sua autoridade”. O periódico ainda publicou que o PMDB dava “sinais de estar incomodado” com as mudanças e o deputado Henrique Alves, líder do partido na Câmara, teria, aos gritos, reclamado pelos corredores: “a Câmara não aceita perder Furnas”³³.

Segundo Marcos Nobre, “do ponto de vista da imagem pública, Dilma ia para o confronto, enquanto Palocci procurava traduzir da maneira mais pemedebista possível para o sistema político o estilo impositivo da presidente” (2013, p. 138). Era o ministro da Casa Civil, o principal elo da conflituosa relação entre a presidenta – inexperiente no trato diário com o fisiologismo congressional – e a base política acostumada com o presidencialismo de coalizão de modo pemedebista. A principal atribuição política do ministro consistia em manter o arranjo herdado, ou seja, dirigir pela esquerda os vetos do pemedebismo, manter calmos os partidos da base aliada, em especial o PMDB, e providenciar a aprovação dos projetos de interesse do governo.

Porém, em maio, uma primeira grande crise política resultaria na demissão do principal articular político do governo. Durante 23 dias, o governo e o ministro Palocci sangraram em praça pública e nas capas de todos os veículos de imprensa do país. O estopim foi uma reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* sobre a multiplicação em vinte vezes do patrimônio de Palocci nos quatro anos anteriores. Palocci se justificou dizendo que, no período que foi deputado federal, prestou consultorias a empresas, fato comum no meio político. Sobre ele, porém, recaiu a acusação de tráfico de influência³⁴. Nesses dias, foi o assunto principal de capa em 18 edições e em 10 editoriais do *Estado*.

De início, tanto o governo quanto Palocci tentaram amenizar a denúncia. O jornal cobrou explicações do ministro e rechaçou o argumento do petista de que se tratava de uma prática comum a ex-ministros, sempre procurados por empresários e investidores para prestarem consultorias e opiniões sobre o cenário político-econômico. O argumento do jornal era correto: enquanto prestava consultorias, o então deputado “continuava ser interlocutor privilegiado” do governo Lula e homem forte na campanha da candidata Dilma³⁵.

³³ *O Estado de S. Paulo*, 17/01/2011, p. A4 e 04/02/2011, p. A4.

³⁴ *O Estado de S. Paulo*, 16/05/2011, p. A9, 18/05/2011, p. A4 e A7.

³⁵ *O Estado de S. Paulo*, 19, 20, 21 e 25/05/2011, p. A3.

Na crise Palocci, o ex-presidente Lula atuou firmemente na defesa do ministro. Até então, sua ação pró-governo se dava mais discretamente nos bastidores com vistas às articulações políticas para as eleições municipais do ano seguinte. O *Estadão* dedicou um editorial para criticar a ação pública do “primeiro-companheiro”, em reuniões com parlamentares e declarações públicas. Em outro editorial, o jornal avaliou que a presença de Lula no caso fazia a presidenta Dilma perder o comando do governo³⁶.

A insistência da crise Palocci no noticiário, as poucas explicações que o ministro deu sobre seu enriquecimento, o pequeno interesse da base aliada em defendê-lo e o apoio em tom de cobrança que Dilma lhes prestava, resultariam no pedido de demissão do ministro. *OESP* então insinuou que o caso serviu à Dilma como um “curso intensivo sobre as vicissitudes do poder” e cobrou que a presidenta entregasse a articulação política a “um político de longa trajetória, familiarizado com o dialeto dos colegas” políticos³⁷.

A relação PT e PMDB, que já não era amistosa, se tornou ainda mais complexa ante a fragilidade do ministro Palocci, responsável por articulá-la. Na apreciação do novo Código Florestal, o PMDB votou em peso contra a indicação do governo, o que rendeu forte bate-boca entre Palocci e Temer. Em editorial, o *Estadão* bem avaliou:

A tormenta ilhou o Palácio do Planalto, expôs a fragilidade congênita da base parlamentar do governo, cuja amplitude é inversamente proporcional à sua consistência programática [...] A crise em dose dupla levou à beira da desagregação o enlace de conveniência entre PT e PMDB, já combalido pelo ressentimento da legenda do vice-presidente Michel Temer com a expansão da presença petista no governo e a preferência de sua titular por quadros técnicos pinçados por ela mesma, em detrimento de apadrinhados políticos. Para a presidente, ficou difícil escolher o pior dos males, entre a má vontade do PMDB em assumir a defesa de Palocci – e o flerte de uma parcela de seus congressistas com a iniciativa da oposição de criar uma CPI sobre o escândalo – e a obstinação do líder do partido na Câmara, Henrique Alves, em fazer aprovar a emenda ao projeto do código que anistia plantações em áreas de proteção permanente e que Dilma considerou ‘vergonhosa’. A seu mando, Palocci ligou no dia da votação para Temer para informá-lo de que os cinco ministros do PMDB, a começar do titular da Agricultura, Wagner Rossi – indicado pessoalmente pelo interlocutor – seriam exonerados caso o partido seguisse na contramão das posições da presidente. Abespinhado, o vice retrucou que a demissão seria desnecessária ‘porque amanhã cedo mesmo todos entregarão seus cargos’ [...] Mais tarde, Palocci

³⁶ *O Estado de S. Paulo*, 20 e 21/05/2011, p. A3.

³⁷ *O Estado de S. Paulo*, 09/06/2011, p. A3.

telefonou para se desculpar, mas o estrago já estava feito³⁸.

Após reunião da bancada do PMDB no Senado com o vice-presidente Michel Temer, no Palácio do Jaburu, o partido exigiu da presidenta Dilma uma mudança na articulação política do governo. Além de Palocci, os peemedebistas reclamavam do desempenho do ministro Luiz Sérgio, teoricamente responsável pelas Relações Institucionais, mas que, na prática, possuía pouquíssimo trânsito entre os parlamentares³⁹. Para a Casa Civil, foi nomeada a senadora Gleisi Hoffmann (PT) e, para as Relações Institucionais, a também senadora Ideli Salvatti (PT).

A crise Palocci repercutiu mal na relação do governo com a base aliada. Sem a coordenada distribuição de cargos promovidas pelo ex-ministro, a presidenta Dilma aumentou sua resistência ao tradicional fisiologismo político que buscava tais cargos. A rebelião na base aliada ficou escancarada a cada nova etapa de discussão e votação do novo Código Florestal. Em meados de maio, poucos dias antes do início da crise Palocci, outro motim da base aliada, liderada pelo PMDB, quase derrotou o governo na votação do Florestal. Segundo as fontes, a insatisfação parlamentar com a demora nas nomeações somou-se à contrariedade quanto ao conteúdo do projeto de lei, unindo o fisiologismo do PMDB à banca ruralista, comumente próxima ao partido.

O *Estadão* comentou em editorial o que chamou de “a frágil lealdade da base” que “se assenta em solo movediço”. Na avaliação do jornal, é parte da explicação o descontentamento pela não nomeação de apadrinhados ou, no caso do Florestal, a ligação de muitos parlamentares com os interesses do agronegócio. Porém, segundo o periódico, “a verdade” seria que a base era “intrinsecamente frágil por ser artificial, um aglomerado unido pelos costumeiros cálculos de conveniência do estamento político, mas de todo destituído de consistência programática, para não dizer ideológica”⁴⁰.

A insatisfação da base aliada tomou outra dimensão conforme avançou a crise Palocci. O jornal estampou: “Caso Palocci fragiliza Dilma e aumenta barganha na base”. Na narrativa do periódico, foi a “fragorosa derrota” do

³⁸ O *Estado de S. Paulo*, 28/05/2011, p. A3.

³⁹ O *Estado de S. Paulo*, 31/05/2011, p. A4 e 01/06/2011, p. A8.

⁴⁰ O *Estado de S. Paulo*, 16/05/2011, p. A3.

governo na votação de uma emenda do Código Florestal que evidenciou o que a reportagem chamou de “desastrada articulação” e “inapetência da presidente” para lidar com a base no Congresso. Uma proposta de anistia para os fazendeiros desmatadores foi apresentada pelo PMDB e apoiada pela maioria dos parlamentares da base. Na avaliação do *Estadão*, a votação mostrou “o poder de fogo do PMDB no Congresso” e o recado do partido para Dilma: “o PMDB tem seus próprios interesses, é parceiro e não aceita ser tratado como ‘empregado’ do Palácio do Planalto”⁴¹.

A articulista Dora Kramer garantiu que esta votação gerou imenso bate-boca e ameaças que ultrapassaram “o limite do habitual” entre Dilma, Palocci, Temer e o PMDB. Segundo ela, na tarde da votação, Henrique Alves (PMDB) avisou Palocci que o PMDB votaria a favor da emenda da anistia aos desmatadores. O ministro comunicou à presidenta, que “mandou comunicar Temer que, se o partido insistisse no apoio à emenda, demitiria todos os ministros do PMDB”. Palocci ligou para o vice-presidente, transmitiu o recado e os dois discutiram asperamente. Temer teria respondido que, se fosse assim, o seu partido entregaria todos os cargos no governo. Fato é que o PMDB peitou o Planalto e votou em peso a favor da emenda⁴².

A insatisfação do PMDB com o governo aumentou. Nessa crise, o ministro da Agricultura, Wagner Rossi (PMDB), apadrinhado de Michel Temer, é quem teve o cargo ameaçado. O Planalto creditou ao ministro, defensor radical dos ruralistas, a dificuldade para um entendimento sobre a votação do Código Florestal. No PMDB, porém, a avaliação foi outra: a presidenta Dilma “transformou a votação de uma lei em um ‘suicídio político desnecessário’. O PMDB ficou irritado com o ‘jeito de guerra de fim de mundo’ [...] dizem que Dilma errou no cálculo político”. Na avaliação de Dora Kramer, “não significa que haja rompimento na aliança. Mas quer dizer que o cristal ficou trincado”⁴³.

Mas nem a posterior queda do ministro Antônio Palocci acalmou os ânimos entre governo e base congressional. Ao contrário, permaneceriam as cobranças por cargos e liberação de emendas parlamentares. O PMDB se reuniu com a nova ministra Ideli Salvatti e cobrou as dezenas de nomeações para o

⁴¹ *O Estado de S. Paulo*, 26/05/2011, p. A4 e 29/05/2011, p. A8.

⁴² *O Estado de S. Paulo*, 26/05/2011, p. A6 e 27/05/2011, p. A8.

⁴³ *O Estado de S. Paulo*, 27/05/2011, p. A8; 28/05/2011, p. A4

segundo e terceiro escalão da máquina pública. O *Estadão* informou que o partido foi atendido em algumas demandas, com destaque para Geddel Vieira Lima, na Diretoria da Caixa Econômica Federal, e Orlando Pessuti, para o conselho do BNDES. Apadrinhados do PR e PSB também tiveram suas nomeações efetivadas⁴⁴. O deputado Eduardo Cunha (PMDB) era um dos articuladores do movimento que pressionava o governo. Caso não fossem atendidos, os insatisfeitos ameaçavam travar todas as votações no Congresso⁴⁵.

Em editorial, o jornal comentou a contenda entre os dois consortes do governo e a chamou de chamou de “o jogo do PMDB”. Na visão do *OESP*, o PMDB tinha “motivo para amargura” pois era “tratado com desdém” pelo governo do qual se considerava “condômino e não visitante eventual”, porém, afirmou que o partido aproveitou a crise Palocci para “transformar frustrações acumuladas nestes cinco meses de novo governo em pontiagudos instrumentos de pressão sobre a presidente. Simples assim”. O texto também elogiou a resistência de Dilma em não se render ao fisiologismo dos cargos e emendas, mas criticou a “miopia política [de Dilma] que a impedia de enxergar a obrigação de dialogar com o PMDB”⁴⁶.

3. A “FAXINA REPUBLICANA”.

O segundo semestre de 2011 foi marcado por uma sequência incrível de denúncias e crises em diversos ministérios comandados por partidos da base aliada ao governo Dilma. Algumas tiveram desfecho rápido, outras se prolongaram por várias semanas. Todas resultaram, ou resultariam no ano seguinte, na demissão dos ministros. Houve um duplo resultado: maior insatisfação da base no Congresso e desgaste do Planalto com os partidos do centro político; enorme popularidade para a presidenta Dilma Rousseff que era vista como honesta e corajosa diante do campo político sempre ávido por benesses advindas de improbidades.

⁴⁴ *O Estado de S. Paulo*, 15/06/2011, p. A4 e 21/06/2011, p. A4.

⁴⁵ *O Estado de S. Paulo*, 18/06/2011, p. A7; 28/06/2011, p. A7; 29/06/2011, p. A8 e 30/06/2011, p. A4.

⁴⁶ *O Estado de S. Paulo*, 01/06/2011, p. A3.

Desde 2003, o ministério dos Transportes era comandado pelo Partido da República⁴⁷ (PR). O ministro Alfredo Nascimento, homem forte do partido, comandava a pasta desde 2004. Em julho de 2011, a revista *Veja* denunciou a suposta existência de um esquema de cobrança de propinas de 5% em obras de rodovias e ferrovias. O dinheiro arrecadado iria diretamente para a cúpula do PR. De imediato, a presidenta Dilma afastou o diretor do Dnit, o presidente da Valec, o chefe de gabinete e o assessor direto do ministro. Estes afastamentos desagradaram os parlamentares do partido. Quatro dias depois, abandonado por Dilma, o ministro pediu demissão⁴⁸.

Nos dias seguintes, houve mais dezenas de demissões em outros escalões do ministério que gerenciava grande parte das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, por isso, era peça fundamental na política econômica e social do governo petista⁴⁹. A ação sumária de Dilma minou ainda mais a relação do governo com o Congresso. O PR reclamou das demissões e o deputado Luciano Castro declarou ao jornal: “Esta forma de fazer as mudanças expõe nosso partido e nos deixa numa situação desconfortável”⁵⁰. Líderes do partido ameaçaram deixar a base governista, mas a realidade que se impunha – perder todos os demais cargos em outros escalões do governo – logo os fez desistir da ideia⁵¹.

Ministro da Defesa desde junho de 2007, Nelson Jobim era um misto de político e jurista muito ligado ao PMDB. Na pasta, sempre atuou em defesa dos interesses das Forças Armadas, de quem recebia grande respeito e simpatia. Com o avanço no Congresso da lei que criaria a Comissão Nacional da Verdade, Jobim passou a fazer críticas ao governo (Guilherme, 2021). Ao mesmo tempo, reafirmou a posição do Exército de que inexistiam documentos sobre o período da Ditadura⁵². Em julho, suas críticas se acentuaram e, após a publicação de uma entrevista na revista *Piauí*, na qual chamou as ministras Ideli e Gleisi de

⁴⁷ Em 2006, o Partido Liberal (PL) e o Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) se fundiram para criar o Partido da República (PR). Em 2019, o PR mudou de nome para voltar a se chamar Partido Liberal (PL).

⁴⁸ *O Estado de S. Paulo*, 18/08/2011, p. A4 e A6.

⁴⁹ *O Estado de S. Paulo*, 11/08/2011, p. A4; 12/08/2011, p. A7; 13/08/2011, p. A4; 16/08/2011, p. A4 e 19/08/2011, p. A9.

⁵⁰ *O Estado de S. Paulo*, 16/10/2011, p. A8 e 17/10/2011, p. A4.

⁵¹ *O Estado de S. Paulo*, 19/10/2011, p. A8 e A9 e 20/10/2011, p. A4, A6 e A8.

⁵² *O Estado de S. Paulo*, 22/10/2011, p. A4.

“trapalhadas” e “fraquinhas”, foi demitido por Dilma⁵³. Tanto o PMDB quanto as Forças Armadas não gostaram do desfecho do caso.

O ministério da Agricultura era comandado pelo PMDB desde 2007. No arranjo político que alçou Michel Temer à condição de candidato a vice-presidente, o ministério foi assumido por Wagner Rossi, indicação pessoal de Temer. No começo de agosto, após Dilma mandar demitir o presidente da Conab, irmão do senador Romero Jucá (PMDB), o demitido procurou a revista *Veja* e denunciou a existência de um consórcio entre PMDB e PTB para lotear o ministério e arrecadar dinheiro para os dois partidos⁵⁴. A proximidade do ministro com o vice-presidente fez Dilma agir com cautela. Nos dias seguintes, outras denúncias atingiram outros peemedebistas ligados ao ministério e Wagner Rossi foi pressionado a pedir demissão⁵⁵. Mais uma vez, PMDB e o vice-presidente Michel Temer ficaram irritados com outra demissão de peemedebista na Esplanada.

Em agosto, a Operação Voucher da Polícia Federal prendeu 35 pessoas, entre elas o secretário-executivo do ministério do Turismo, ligado ao PMDB e ao ministro Pedro Novais (PMDB), apadrinhado de José Sarney (PMDB). A denúncia era que ONGs inexistentes recebiam emendas parlamentares e firmavam contratos com o ministério. O dinheiro desviado abasteceria o caixa de políticos do partido⁵⁶. Em setembro, Novais foi demitido, ampliando a irritação do senador Sarney e dos peemedebistas para com o estilo político da presidenta Dilma.

Sob direção do PCdoB desde 2006, o Ministério do Esporte, comandado por Orlando Silva, ganhou grande projeção no contexto de preparativos para a Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016. Em agosto, o dono de duas ONGs com contratos no ministério, denunciou a cobrança de propina no Programa Segundo Tempo, cujos recursos seriam repassados diretamente ao ministro⁵⁷. Doze dias depois, novas denúncias e um inquérito aberto no STF, Orlando Silva foi mais um a ser pressionado a se demitir⁵⁸.

⁵³ *O Estado de S. Paulo*, 27/10/2011, p. A4 e A6.

⁵⁴ *O Estado de S. Paulo*, 07/11/2011, p. A6; 08/11/2011, p. A4 e 09/11/2011, p. A4.

⁵⁵ *O Estado de S. Paulo*, 12/11/2011, p. A10, 16/11/2011, p. A4 e 17/11/2011, p. A4.

⁵⁶ *O Estado de S. Paulo*, 01/12/2011, p. A4;

⁵⁷ *O Estado de S. Paulo*, 19/08/2011, p. A4.

⁵⁸ *O Estado de S. Paulo*, 01/07/2011, p. A4.

O Ministério do Trabalho era comandado por Carlos Lupi (PDT) desde 2007. Outra reportagem da *Veja* denunciou cobrança de propinas a ONGs conveniadas à pasta. Lupi negou participação e demitiu assessores⁵⁹. Dilma deu tempo para o ministro se explicar e o PDT ameaçou deixar a base aliada caso seu ministro, que também presidia nacionalmente o partido, fosse demitido. Novas denúncias surgiram e 27 dias após a primeira, Carlos Lupi foi forçado a pedir demissão no início de dezembro⁶⁰. Desde Palocci, foi o sétimo ministro a deixar o governo Dilma, em seu primeiro ano.

4. REPERCUSSÕES DA “FAXINA REPUBLICANA”.

Na interpretação do cientista político Sérgio Abranches, a posição assumida por Dilma diante do fisiologismo pemedebista e a reação do campo político evidenciaram que “era no controle das políticas e recursos públicos que se dava a inconformidade dos objetivos da governante com os da coalizão”. Ou seja, segundo o autor, Dilma teve a percepção de que havia “uma diferença entre a garantia da governabilidade, e no limite do mandato presidencial, pela coalizão e a governança, a formulação e implementação das políticas de governo e manejo dos recursos orçamentário” (2018, p. 276). Dilma confrontou o campo político e sua histórica improbidade.

Ao longo de todo esse semestre de crise política por denúncias de improbidade nos ministérios, o *Estadão*, claro, deu grande destaque de capa e conteúdo para os casos. Embora o jornal tenha sido rebocado por outros veículos de imprensa no estopim de cada um destes escândalos, repercutiu as denúncias e colocou seus repórteres para fazerem reportagens que complementassem ou abrissem outros flancos de crise no ministério da vez. Também nos editoriais, *OESP* sempre se posicionou exigindo a demissão dos ministros, criticando a presidenta quando ela demorava para fazê-lo e a elogiando quando as demissões ocorriam.

Setores da imprensa passaram a qualificar as demissões sumárias como uma “faxina republicana” promovida por Dilma sobre o campo político. Evidentemente, tudo isso repercutiu negativamente na base aliada. No

⁵⁹ *O Estado de S. Paulo*, 11/08/2011, p. A11 e 12/08/2011, p. A8.

⁶⁰ *O Estado de S. Paulo*, 25/08/2011, p. A6.

Congresso, líderes do PR, PMDB e PTB ameaçaram a criação de uma “CPI do PAC” que teria potencial para atingir a presidenta Dilma, uma vez que ela foi a coordenadora do programa no governo Lula. A reportagem do *Estadão* continha aspas dos deputados Paulinho da Força (PDT) e Eduardo Cunha (PMDB) que reclamou da “faxina” nos seguintes termos: “é preciso tomar cuidado para isso não se transformar em regra: sai nos jornais e revistas e vai direto [a demissão] para o Diário Oficial”. A articulista Dora Kramer comentou a insatisfação na base aliada: “o perigo de isolamento é real. [Dilma] terá a maioria do Congresso contra ela e poderá acabar em maus lençóis quando precisar de anteparo”, porém, “por hora os parceiros do consórcio blefam”, na esperança de que a faxina fosse passageira⁶¹.

Em entrevista, Dilma comentou os dias conturbados. A presidenta disse que “não se pode demonizar a política e a relação com os ministérios”, amenizou as pressões da base aliada, negou o uso do termo “faxina” que preferiu substituir por “reestruturação” e “ajuste”, mas garantiu que “sairão todos, independentemente de endereços partidários”. Dora Kramer noticiou que, nos bastidores, o PMDB via nas ações da presidenta uma tentativa do PT de promovê-la com “paladina da luta contra a corrupção”, em detrimento de todo o campo político, em especial, dos peemedebistas e de Michel Temer⁶².

As demissões em todos os escalões do governo, a resistência do Planalto em promover novas nomeações políticas e os cortes no Orçamento da União que atingiram emendas parlamentares eram os causadores da insatisfação na fisiológica base aliada do governo Dilma Rousseff. Na avaliação do *OESP*, esses fatores colocaram a presidenta “diante da alcateia” política⁶³. É constante a pressão nas páginas do *Estadão* para que Dilma transforme a “faxina” e demissões sumárias em uma meta primordial de seu governo⁶⁴. Os textos opinativos de Dora Kramer são neste sentido⁶⁵. Para o jornal, os deputados promoviam a sua “costumeira chantagem” em votações de interesse do governo.

A presidenta sentiu a pressão e procurou agir para repactuar a base

⁶¹ *O Estado de S. Paulo*, 22/07/2011, p. A6 e A8.

⁶² *O Estado de S. Paulo*, 23/07/2011, p. A4; 24/07/2011, p. A4; 27/07/2011, p. A3 e 28/07/2011, p. A6.

⁶³ *O Estado de S. Paulo*, 08/07/2011, p. A3.

⁶⁴ *O Estado de S. Paulo*, 25/08/2011, p. A6.

⁶⁵ *O Estado de S. Paulo*, 21/08/2011, p. A6 e 26/08/2011, p. A6.

aliada. Ela procurou o ex-presidente Lula que, segundo o jornal, a aconselhou a “não atizar o PMDB” e a promover mais encontros com os parlamentares da base. Primeiro, Dilma se reuniu com o PMDB e o vice-presidente Temer, que negou desgaste e garantiu existir uma “relação muito sólida” entre seu partido e o Planalto. Depois, Dilma se reuniu com os líderes dos demais partidos aliados e prometeu liberar R\$ 2 bilhões em emendas parlamentares⁶⁶. Apesar dos esforços para repactuar a base, em novembro, o *Estadão* ainda reportou que cerca de 80 deputados pertencentes ao PR, PTB, PP e PSC seguiam insatisfeitos por não terem suas indicações atendidas para cargos de segundo e terceiro escalões no governo. Em algumas votações pontuais, eles atuaram e votaram com a oposição⁶⁷.

Em uma edição dominical, o *OESP* repercutiu bastante o que chamou de “bloco informal dos aliados” que “confronta Dilma”. Segundo a matéria, os partidos aliados, em especial o PMDB, escondiam-se atrás da insatisfação pública do PR para pressionar a presidenta. O jornal abriu amplo espaço para que especialistas comentassem o contexto político vivido. Em entrevista, o filósofo Marcos Nobre avaliou que este “bloco informal” era o embrião para o retorno do “Centrão” que, em outros governos, significou forte poder de chantagem e pressão sobre o Executivo. Segundo Nobre, Dilma teria de conviver com a derrota que Lula sofreu ao não conseguir impedir o nome de Michel Temer como vice-presidente e concluiu: “Todas as vezes em que se tentou isolar o Temer, ele deu a volta por cima e deu o troco. Neutralizá-lo não é uma opção”. Assim, diante da reorganização do “Centrão” pelo PMDB, a situação da presidenta Dilma, caso tentasse enfrentá-los, poderia se tornar “muito grave”⁶⁸.

Para a articulista Dora Kramer, a presidenta Dilma tentava mudar sua forma de relacionamento político com a base, passando a recebê-los e ouvi-los mais. Porém, considerou que, com ela na presidência, os parlamentares agiam de forma “mais voraz em suas demandas do que o normal” para o histórico presidencialismo de coalizão brasileiro. Um editorial do jornal chamou os parlamentares da base de “oportunistas ávidos por barganhas” que sacavam “a

⁶⁶ *O Estado de S. Paulo*, 11/08/2011, p. A7; 12/08/2011, p. A7; 16/08/2011, p. A7 e 18/08/2011, p. A12.

⁶⁷ *O Estado de S. Paulo*, 04/11/2011, p. A10.

⁶⁸ *O Estado de S. Paulo*, 31/08/2011, p. A6.

faca para encostar no pescoço da presidente”⁶⁹.

Essa esperada repercussão negativa na base aliada sobre o tema da “faxina republicana”, a insatisfação do PMDB e as interpretações publicadas pelo jornal reforçam as hipóteses defendidas por Marcos Nobre (2013) e André Singer (2018). Logo em seu primeiro ano de mandato, a presidenta Dilma agiu para dificultar a manutenção das improbidades na máquina pública. Os atingidos partidos da base aliada começaram a urdir sua vingança política à presidenta. Porém, uma vez que o momento ainda era de bonança econômica e Dilma colhia popularidade, a retaliação do pemedebismo se daria em espaçadas votações congressuais, mas sempre nutrindo a esperança e os conchavos por uma oportunidade melhor para reaver seus postos perdidos.

O movimento ziguezagueante de Dilma com a base aliada, de aproximação e afastamento, foi ironizado pelo jornal. A presença da presidenta em um jantar com a bancada do PMDB no Palácio do Jaburu foi a “formatura de Dilma” com “louvor no curso intensivo de pragmatismo político” ministrado por Lula. Em seus editoriais, *OESP* reconheceu a necessidade de garantir a governabilidade, mas exigiu que Dilma fizesse mais para impedir que este arranjo compromettesse “tanto a moralidade quanto a eficácia de sua administração [...] escolhas políticas, tudo bem. Mas por que não gente honesta e competente?”⁷⁰. Ou seja, na visão do jornal, o PMDB era o partido fisiológico por essência, e afastar os apadrinhados do partido era condição essencial para a moralização da coisa pública.

Ainda na interpretação do jornal, Dilma buscou essa aproximação para aprovar as “medidas [fiscais] que poupariam o País do contágio da crise externa”. Porém, esse movimento lhe deixava um dilema: de um lado os parlamentares da base exigindo a liberação de emendas ao Orçamento; de outro Dilma tentando seguir uma “política de prudência e responsabilidade ante o recrudescimento da crise da economia global”. O jornal então defendeu que a presidenta não afrouxasse a política fiscal e enfrentasse as pressões dos parlamentares⁷¹.

O assunto “faxina” demandava cautela por parte do Planalto e do PT. Era preciso reforçar a imagem de que Dilma e o governo não compactuavam com a

⁶⁹ *O Estado de S. Paulo*, 31/08/2011, p. A6 e 13/10/2011, p. A3.

⁷⁰ *O Estado de S. Paulo*, 25/08/2011, p. A3 e 21/09/2011, p. A3.

⁷¹ *O Estado de S. Paulo*, 18 e 22/08/2011, p. A3.

corrupção e promoviam uma “faxina republicana”, mas, ao mesmo tempo, era preciso amenizar esta retórica sob pena de perder completamente a base parlamentar governista. O *Estadão* estampou em destaque a sua avaliação sobre a posição do PT: “petistas temem que ‘faxina’ de Dilma carimbe gestão Lula como ‘corrupta’”. Em reportagem recheada de frases de petistas não identificados, o jornal afirmou que a demissão de ministros herdados do governo Lula causaria “extremo desconforto no PT”, por conta da proximidade dos demitidos com o ex-presidente. Além disso, a reportagem afirmou que os petistas se mostravam preocupados, pois Dilma estaria “comprando brigas em todas as frentes”, em especial com o PMDB que, para estes petistas, “não é confiável e acabará dando o troco a qualquer momento”⁷².

O fato de estes ministros envolvidos em denúncias de improbidade serem quase todos herdados por Dilma do governo anterior de Lula, foi usado pelo jornal para tentar jogar a presidenta contra seu mentor político. Em editorial, *OESP* insinuou que Lula deixava roubar, mas que com Dilma “roubar, não pode mais”:

O contraste fica cada vez mais evidente. De um lado, uma tradição de oito anos de pacífica e ostensiva convivência com a malversação de recursos públicos, escorada nos ombros largos da governabilidade. De outro, uma completa devassa no Ministério dos Transportes [...] o limite entre uma coisa e outra é estabelecido, sobretudo, pela lei. Ou seja: fazer políticas, pode. Roubar, não pode mais⁷³.

Sempre que comentou o tema da “faxina”, o *Estadão* citou o ex-presidente Lula como responsável pela montagem de uma governabilidade sustentada pela vista grossa sobre a corrupção nos ministérios entregues aos partidos aliados. Também insistiu que o ex-presidente Lula e o PT estariam receosos ante as atitudes da presidenta Dilma. Por isso, o jornal cobrou: “a faxina não pode parar”⁷⁴.

5. DILMA POPULAR E AS MANIFESTAÇÕES ANTICORRUPÇÃO.

A constante presença da “faxina” de Dilma nos noticiários impulsionou a

⁷² O Estado de S. Paulo, 19/08/2011, p. A4.

⁷³ O Estado de S. Paulo, 27/07/2011, p. A3.

⁷⁴ O Estado de S. Paulo, 21/07/2011, p. A3.

indignação contra a “corrupção” na política. Pelas redes sociais, grupos de jovens de classe média organizaram uma manifestação para o dia 07 de setembro em Brasília. O *Estadão* noticiou em tom de convocação para o protesto e, no dia seguinte, deu capa com grande foto do ato e a chamada: “marcha contra a corrupção ofusca desfile em Brasília”. Em editorial, o jornal comemorou que “o brasileiro está começando a perder a paciência com a corrupção” e esperançou que atos como este em Brasília teriam potencial para se generalizar pelo país. O periódico também alertou a presidenta Dilma de que, se naquele momento as pesquisas de opinião lhe colocavam como a responsável pelo combate à improbidade, caso ela tentasse “negar a evidência de que a corrupção é endêmica na administração federal e colocar panos quentes no combate à corrupção”, a indignação popular poderia se agravar e se transformar em uma “bola de neve incontrolável”⁷⁵.

No mês seguinte, novos atos foram realizados e receberam os mesmos destaques do periódico⁷⁶. Apesar da expectativa, os atos foram pequenos e geraram comentários de lamento nas páginas do *OESP* ante as marchas que “decepcionaram os que torciam para que elas fossem mais concorridas”, como o próprio jornal, que torcia para que a “bandeira do combate à corrupção” fosse empunhada pelos “cidadãos minimamente informados”. O jornal comparou as marchas do Brasil com as realizadas nos EUA e Europa e explicou porquê, na sua visão, elas não cresceram no Brasil de 2011:

Em rigorosamente todos os países onde as ruas foram tomadas nos últimos tempos, a raiz – menos ou mais exposta – da ira popular é o empobrecimento, o desemprego, a escassez de oportunidade, a penúria [...] Hoje, porém [no Brasil], a melhora sem precedentes no padrão de vida de milhões de brasileiros e a sensação geral de otimismo que daí resulta não é que anestesiem as pessoas, mas, à parte quaisquer outras considerações, não as incentivam a protestar contra a corrupção que sabem que existe – e que poderia provocar uma contundente resposta popular se estivesse associada à privação econômica⁷⁷.

Ou seja, o jornal reconheceu que era boa a situação socioeconômica do Brasil e que grande parte da população via em Dilma a pessoa que agia para

⁷⁵ *O Estado de S. Paulo*, 07/09/2011, p. A8, 08/09/2011, p. A1 e 10/09/2011, p. A3.

⁷⁶ *O Estado de S. Paulo*, 20/09/2011, p. A8 e 13/10/2011, p. A9.

⁷⁷ *O Estado de S. Paulo*, 14/10/2011, p. A3.

limitar a corrupção política. Por isso, os protestos “contra a corrupção” não foram capazes de levar multidões às ruas. Para mudar o cenário, havia três alternativas: que Dilma perdesse o status de paladina da luta contra a corrupção; que a economia entrasse em crise ou que a população associasse os deficientes serviços públicos como uma consequência da corrupção.

Ao longo do semestre de faxina, pesquisas apontaram crescente aprovação e popularidade ao governo e à presidenta. Levantamento do Ibope em outubro mostrou o governo aprovado por 48%, regular para 36% e ruim ou péssimo para 12%. A avaliação pessoal de Dilma foi aprovada por 67%. Dois meses depois, o mesmo instituto indicou crescimento na aprovação do governo para 51%, queda no regular para 34% e no ruim ou péssimo para 11%. Também cresceu a aprovação de seu desempenho pessoal, chegando a 71%. A reportagem do *Estadão* sobre esta pesquisa associou os índices à “faxina” que marcou o noticiário no segundo semestre: “Dilma conseguiu capitanear para o governo as ações contra a corrupção”.

Quanto a esta última pesquisa, o jornal ainda enfatizou que a “faxina” foi responsável por aumentar sua aprovação nas regiões sul (57%) e sudeste (52%) do país, onde está a maior parte do eleitorado de classe média, mais sujeita a derrotar o PT nas urnas e a usarem a bandeira contra a “corrupção” como justificativa para suas escolhas políticas. Isso reforça a perspectiva de Marco Nobre quando afirma que a presidenta conseguiu projetar a imagem de “que ‘não se mistura à baixaria’, que se mantém ‘a salvo da contaminação’” (2013, p.139) do fisiologismo pemedebista, inclusive combatendo-o. A pesquisa mostrou ainda que foi a “faxina” de Dilma quem colocou o tema “corrupção” em voga. As duas pesquisas também mostraram insatisfação da população com os serviços públicos e as taxas de impostos⁷⁸.

Internacionalmente, a repercussão também foi considerável. Em outubro, a revista *Forbes* colou Dilma Rousseff, “a primeira mulher a liderar a maior potência econômica da América Latina”, como a terceira mulher mais poderosa do mundo, atrás apenas da alemã Angela Merkel e da estadunidense Hillary Clinton. A edição de dezembro da revista *The New Yorker* dedicou 35 páginas para traçar um perfil elogioso de Dilma e do Brasil por conta do orçamento

⁷⁸ *O Estado de S. Paulo*, 11/08/2011, p. A8 e 01/10/2011, p. A8.

público equilibrado, proximidade do pleno emprego, baixa inflação, liberdade política e redução da desigualdade. A revista ainda sentenciou que no país “ninguém acredita que Rousseff seja corrupta. Ela tem se mostrado muito mais intolerante com a corrupção do que presidentes brasileiros do passado”⁷⁹.

Fato é que a última pesquisa Ibope do ano deu à Dilma o “recorde na série histórica” feita pelo instituto para um governante em primeiro ano de mandato. O governo foi aprovado por 56%, foi regular para 32% e ruim para 9%⁸⁰. Pessoalmente, Dilma estava aprovada por 72% ante 21% que a desaprovavam⁸¹. Apesar disso, a pesquisa reforçou a existência de desaprovação quanto à qualidade dos serviços públicos. O assunto “corrupção” permanecia na lembrança dos entrevistados, mas segundo o gerente da pesquisa: “Dilma conseguiu se blindar. Ela conseguiu se distanciar e as denúncias ficaram restritas aos ministros. As pessoas estão culpando mais os ministros do que a presidente”⁸².

Em dezembro, o noticiário apontou para uma iminente reforma ministerial para o início de 2012, aliando a conclusão da “faxina” às mudanças sempre necessárias aos que disputariam eleições municipais. Na previsão do *Estadão*, seriam 9 alterações na Esplanada. O jornal chegou a sentenciar que Dilma mostrou “jogo de cintura” e “driblou as insatisfações” na base aliada para aprovar pautas orçamentárias de interesse do governo, porém, noticiou que tais aprovações foram conseguidas mediante bilionária liberação de emendas parlamentares aos políticos da base aliada⁸³. Em seu pronunciamento de TV no final do ano, Dilma prometeu um 2012 de “forte crescimento econômico” e redução da desigualdade social. O destaque na manchete do *Estadão* ficou para sua promessa de “luta incessante contra a corrupção e qualquer tipo de desvio ou malfeito”⁸⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁷⁹ *O Estado de S. Paulo*, 25/08/2011, p. A7 e 29/11/2011, p. A7.

⁸⁰ Segundo a reportagem, o máximo que Lula conseguiu ao final de um primeiro ano de mandato foi 51% em 2007, enquanto FHC teve o pico de aprovação com 43% em 1995.

⁸¹ Na avaliação pessoal, o índice de Lula foi de 66% em 2003 e de FHC foi de 57% em 1995.

⁸² *O Estado de S. Paulo*, 17/12/2011, p. A8.

⁸³ *O Estado de S. Paulo*, 05/12/2001, p. A4 e 18/12/2011, p. A8.

⁸⁴ *O Estado de S. Paulo*, 24/12/2011, p. A5.

A partir dos fatos narrados pelo *OESP* em diálogo com as hipóteses levantadas em parte da bibliografia que explicam o *impeachment*, é possível reforçar o argumento de que a essência do *impeachment* é político-partidária. Ao longo do governo Dilma, uma série de insatisfações e disputas por influência e poder no campo político resultaram, anos depois, em um orquestrado movimento de vingança do campo político liderado pelo pemedebismo contra a presidenta Dilma e o lulismo. Essas insatisfações tiveram origem logo no primeiro ano de seu mandato presidencial.

A delicada relação entre a presidenta Dilma e parte do PT com os partidos da base aliada, em especial o PMDB e seus líderes Michel Temer e Eduardo Cunha, foi o fator determinante para a sua deposição via *impeachment*. Evidentemente houve interesses e atuações importantes de fora do campo político, como as ações da Operação Lava Jato, a oposição empresarial e financeira à política econômica e a narrativa midiática antipetista e pró-*impeachment*. Porém, como defendido pelo cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, “o comando de todo o processo permanece em mãos de parlamentares profissionais” (2017, p. 132).

Conforme André Singer (2018) e Marcos Nobre (2013), a face política do lulismo estava baseada em não enfrentar o poder congressual pemedebizado, mas se acomodar a ele, buscar dirigi-lo pela centro-esquerda. Para isso, o lulismo aproveitou a favorável conjuntura econômica e o carisma e experiência de Lula da Silva para contornar os vetos do pemedebismo. Porém, na perspectiva de Singer (2018), a presidenta Dilma “cutucou onças” políticas e econômicas, mas sem a mesma conjuntura econômica favorável, com inegável falta de carisma e experiência para lidar com a base congressual pemedebizada.

Como se viu em seu primeiro ano de governo, a presidenta Dilma manteve relação ambígua com o pemedebismo em vários momentos, ora fustigando-o publicamente, ora buscando compor acordos. Se com o presidente Lula os antagonismos da base com o governo foram canalizados para os bastidores da política, os exemplos mostrados neste texto indicam que, com Dilma, os antagonismos políticos se tornaram públicos. Esta publicidade gerou um cabo de guerra entre Dilma e o campo político pemedebizado, insatisfeito e à espreita para golpeá-la.

Em recente livro de memórias, Eduardo Cunha (2021) admite que havia

na base governista uma grande insatisfação com a condução política do governo por conta das demissões de ministros, tentativa de impor uma “pauta ideológica” petista sobre o Legislativo, demora na liberação emendas e nas nomeações de cargos. Também admite que o PMDB queria maior poder de decisão no governo, mas se sentiu preterido e ameaçado de esvaziamento por um “apetite hegemônico” do PT. Por isso, diz que o impedimento era praticamente inevitável, diante do clima de conflagração entre governo e base. Assim, o vice-presidente Michel Temer, percebendo a insatisfação congressual com a presidenta, passou, desde meados de 2015, a liderar as articulações e a prometer a distribuição do butim para cada partícipe de sua eleição indireta⁸⁵.

Portanto, diante da revolta do pemedebismo para com a presidenta, é possível afirmar que o *impeachment* de 2016 se tratou de um golpe parlamentar liderado pelo PMDB em acordo com os partidos do “centrão” governista e estimulados pelos partidos de oposição. A expectativa era que o governo de Michel Temer, um dos arquitetos históricos do pemedebismo, servisse para reacomodar o campo político e lhe dar os cargos e acessos à máquina federal que Dilma os dificultou desde o primeiro ano de mandato.

Sobre as posições editoriais do *Estadão*, apesar de seu histórico antipetismo (Guilherme, 2018), o jornal elogiou a disposição da presidenta em enfrentar o fisiologismo congressual. Mas sempre que possível, cobrou-a para que promovesse demissões sumárias nos altos escalões do governo tão logo surgissem as primeiras denúncias de improbidade nos ministérios e, constantemente, tentou indispô-la com o ex-presidente Lula.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão**: raízes da evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BARROS, José D’Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis, Vozes, 2023.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**,

⁸⁵ Também em livro memorialista recém-lançado, Michel Temer (2020) tenta passar uma versão de que não atuou politicamente para assumir o lugar da presidenta Dilma.

n°5, 2011a.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011b.

CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

CUNHA, Eduardo. **Tchau, querida: o diário do impeachment**. São Paulo: Matriz, 2021.

FONSECA, Francisco. **O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2005.

GUILHERME, Cássio Augusto. **A Comissão Nacional da Verdade e as crises com os militares no governo Dilma Rousseff (2011)**. Revista História em Reflexão, n. 29. 2021.

GUILHERME, Cássio Augusto. **A imprensa como partido político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo**. Revista Dimensões, v. 40, jan-jun, 2018.

GUILHERME, Cássio Augusto. **Conflitos e disputas na aliança PT e PMDB na eleição de 2010**. Revista Transversos, n. 18, abr. 2020.

GUILHERME, Cássio Augusto. **O Estadão contra a política econômica de Dilma Rousseff (2011)**. Revista Outros Tempos, v. 20, n. 35, 2023.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques *et al.* **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **A democracia impedida**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2017.

SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. **O lulismo em crise**. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

Recebido em 15-07-2024.

Aprovado para publicação em 31-03-2026.